

Periodismo humorístico na transição do Absolutismo para o Liberalismo em Portugal: Notas para uma investigação

FERREIRA, João Pedro Rosa/ CHAM – Centro de Humanidades, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH)/ jprosaferreira@gmail.com

Eje: Diálogos contextuales del humor - Tipo de trabajo: ponencia

» *Palavras-chave: humor-opinião pública-Portugal-Absolutismo-Liberalismo*

> **Resumo**

Esta apresentação tem por objecto o impacto dos processos humorísticos na formação da opinião pública no Portugal contemporâneo. Pretende-se compreender o lugar do humor no modo como se desenvolveu a comunicação impressa em Portugal no período de transição do Antigo Regime para o Estado liberal e também entender o peso das contradições que o humor revela, seja no plano social seja no político. A análise dos periódicos ajuda a compreender um momento fulcral do estabelecimento do Estado liberal. Trata-se de uma luta, no espaço público da imprensa, pela conquista e direcção da opinião pública e do papel do humor na mobilização dessa opinião pública.

> **Introdução**

Procura-se aqui discernir o impacto do humor na opinião pública em Portugal após a Guerra Civil (1832-1834). Questiona-se o lugar do humor na imprensa portuguesa na transição do Absolutismo para o Liberalismo e também as contradições sociais e políticas reveladas pelo humor (Ferreira, 2020: 176-191). A publicação da Lei de Imprensa, a 22 de dezembro de 1834, extinguiu a Comissão de Censura. Apesar dos condicionamentos previstos e da severidade com que punia os abusos da liberdade de imprensa, aquele diploma tinha o mérito de excluir expressamente qualquer espécie de censura prévia, factor decisivo para o “grande surto jornalístico” (Tengarrinha, 2013: 480), logo a partir do primeiro ano do novo regime. Nesse ano de 1835 surgiu em Lisboa *O Quinquilheiro*, periódico que evidencia uma visão crítica sobre os acontecimentos políticos não apenas nas Cortes (o Parlamento português), mas também noutros palcos do espaço público (Habermas, 2012).

> **Denúncia da transigência do Governo com os miguelistas**

As primeiras farpas do jornal são dirigidas à complacência do governo para com os miguelistas:

Encontrando-se dois amigos no Passeio Público, disse o que tinha mais idade: muito estimo vê-lo para que me tire uma dúvida: como poderá o atual Ministério amalgamar o partido Miguelista com o da nossa amada Rainha, e ajuntá-los ao redor do seu Trono, tendo os sectários do despotismo ofendido tanto os amantes da Liberdade? Creio que não será muito difícil, respondeu o mais jovem, pelos mesmos meios por que ele se reuniu, apesar da indisposição que havia entre alguns dos seus membros (*Quinquilheiro*, 1, 1)¹.

Um diálogo curto, aparentemente inócuo, faz passar a mensagem, com recurso à ironia: “Disse uma Senhora velha a uma bela jovem sua amiga: não sei como já não está casada, sendo tão linda, e tão rica! É porque estou resolvida a não me casar não sendo com um verdadeiro Liberal, e por isso ainda não achei noivo” (*Ibidem*, 1, 6).

A acusação do deputado opositor António Joaquim Barjona ao ministro conde de Vila Real de ter estado ao lado do contra-revolucionário miguelista Manuel da Silveira Pinto da Fonseca, que, em 1823, encabeçara um pronunciamento anti-constitucional, motivou controvérsia nas Cortes. Na sessão parlamentar de 24 de março de 1835, o deputado pró-governamental Rodrigo da Fonseca Magalhães – futuro ministro e chefe do Governo – defendeu o visado. *O Quinquilheiro* glosou a polémica:

Encontrando-se dois Miguelistas, um Paisano, outro Militar, perguntou o primeiro: como vão os seus negócios? Não tenho nenhuma esperança favorável; pois bem sabe que andei às ordens do Silveira em 1823, e por isso não serei despachado. Será, será, respondeu o Paisano, principalmente se requerer agora; não perca tempo, e achará proteção! (*Ibidem*, 2, p. 6).

Os humor negro (Carroll, 2014: 34 e 114) marcou presença no jornal. Os nobres miguelistas estavam na mira: “Entre os Apóstolos só houve um mau, e esse enforcou-se; e entre os seus sucessores, que foram Pares na época de 1826, só houve um bom; todos os mais imitaram Judas sendo traidores; porém nenhum o imitou enforcando-se!” (*Ibidem*, 2, 4). Nova incursão do humor negro quando o jornal realça o contraste entre os beneficiários do novo poder e os veteranos da guerra:

Um honrado Voluntário, que defendendo a Liberdade tinha perdido uma perna, e recebido mais algumas feridas, disse a uns seus Camaradas, com quem estava conversando: não posso ver sem indignação, que alguns homens, que nada fizeram, em tão pouco tempo tenham subido tanto, e que eu me veja neste miserável estado! Então rindo-se lhe respondeu um dos seus amigos: pois não sabe que quem tem duas pernas sobe mais depressa, que aquele, que tem só uma! (*Ibidem*, 3, p. 6).

¹ Nas citações da fonte, a ortografia foi atualizada, mantendo-se a pontuação original.

> **Tráfico de nomeações para empregos públicos**

Os diálogos satíricos de *O Quinquilheiro* são complementados por versos jocosos, reforçando a crítica dos temas da edição: “Um emprego faz os homens/ Mudarem de opinião;/ Se isto faz um só emprego,/ Muitos juntos que farão?” (*Ibidem*, 1, 7). O alvo é um assuntos tratados de forma mais insistente no jornal –15 diálogos, sobre a distribuição de lugares no funcionalismo público como forma de garantir não só uma clientela eleitoral, mas também o apoio parlamentar ao Governo:

Perguntava um Estrangeiro a um Português, se o atual Ministério tinha o dom da infalibilidade, pois que via a maioria da Câmara aprovar todas as suas decisões. O Português respondeu-lhe: não tem o dom da infalibilidade, porém tem o dom da prodigalidade para todos aqueles que votam a seu favor. (*Ibidem*, 1, p. 2).

O jornal tem sempre um diálogo crítico no momento oportuno: “Em uma Companhia brilhante disse certo sujeito que muito se admirava de que houvessem [sic] tantos defensores do Poder, e tão poucos dos Povos. Pois não deve admirar-se, respondeu uma Senhora, sabendo que os Povos não dão empregos” (*Ibidem*, 1, 6). Tal prática foi usada para conquistar e manter o poder num regime em que o “país político” representava apenas uma fracção do país real e em que o voto dos deputados eleitos pelo sistema constitucional censitário era determinado mais por convergências pontuais de interesses do que por afinidades ideológicas, numa época em que os agrupamentos protopartidários eram apenas embrionários (Valente, 2007; Bonifácio, 2010: 33-36; Silva, 1993: 96): “Encontrando-se um sujeito, que há pouco tinha vindo de Inglaterra com certo Deputado seu amigo, disse-lhe: eu esperava vê-lo na oposição. Pois esperava mal, respondeu o Deputado, porque não sou tão néscio que queira perder os meus empregos” (*O Quinquilheiro*, 1, 7). Mais irónico é o diálogo em que projeta a culpa nos eleitores, apelando, indiretamente, à sua intervenção:

Chegado a Lisboa o Irmão de um Deputado da Direita, disse-lhe muito enfadado: não posso dissimular o meu sentimento por ver que tens defendido os interesses do Ministério, e não os da Nação que te nomeou seu Representante. Pois não sabe (respondeu o Irmão) que eu sou empregado dependente do Governo, e que se obrasse de outro modo perderia os meus empregos! Os culpados foram os Eleitores, que me puseram na triste alternativa de ficar na miséria, ou de atraiçoar a minha Pátria (*Ibidem*, 4, p. 5).

O jornal satiriza a nomeação de “empregados públicos” tendo como critério a “proteção”, em detrimento da competência:

Em uma Sociedade disse hum Maganão de bom humor: como estamos na Quaresma, tempo de restituições, pode ser que alguns figurões restituam à Nação os empregos que indevidamente desfrutaram por não terem merecimentos, nem virtudes. Se afirma que não tem virtudes, respondeu uma Senhora, como quer que restituam? (*Ibidem*, 2, p. 6).

Colocando a questão de forma ainda mais clara: “Perguntando uma Senhora a outra, a que se aplicava o seu Filho, respondeu-lhe: de dia anda a cavalo, de noite vai ao Teatro. E a que carreira o destina? replicou a

primeira. À de Empregado Público (disse a segunda), e para esse destino não é preciso estudar; basta só ter proteção” (*Ibidem*, 5, p. 4). As implicações políticas da crítica jocosa revestem a forma de um apelo direto à opinião pública:

Nos Governos Representativos o Poder Executivo é o braço do Corpo Político, e por isso o Legislativo deve vigiar todas as suas operações para ver se vão de acordo com a Constituição do Estado; e se não forem, usar dos meios que a Constituição lhe dá para evitar a ruína da Nação: porém como se fará isto, quando a maioria da Câmara Eletiva é composta de homens dependentes do Governo? Respondam os Eleitores! (*Ibidem*, 3, p.5).

A instabilidade política foi constante ao longo de 1835. Palmela, que chefiava o governo de «fusão» desde a morte de D. Pedro, em setembro do ano anterior, procedeu a remodelações na coligação que aliava os seus amigos “aristocratas” aos “chamorros” que o ex-imperador do Brasil guindara ao poder, com destaque para Silva Carvalho, Agostinho José Freire e Rodrigo da Fonseca Magalhães, até que, a 4 de maio, cedeu a presidência do ministério a Vitório de Sousa Coutinho, conde de Linhares. Este, por sua vez, foi substituído a 27 de maio por Saldanha, quando o anterior líder oposicionista aderiu à coligação conservadora para encabeçar o governo alcunhado dos “impossíveis”, dada a sua incoerência (Valente, 2007: 102-106). Outra remodelação, em julho, colocou Saldanha sob a influência de Rodrigo da Fonseca, entusiasta da política da “empregadagem”, num executivo que ficou conhecido como o do “rei dos godos”. Com as Cortes encerradas à espera de eleições, *O Quinquilheiro* recorreu ao humor para dar conta do alívio dos beneficiários da acumulação de cargos, prática cuja ilegalização era reivindicada pela oposição:

Chegando uma Senhora casada com um Empregado (que desfruta quatro empregos) a casa de uma Modista Francesa, disse-lhe a sagaz Modista: há já muito tempo, que não honra a minha casa; muitas saudades tinha de vê-la. Ao que respondeu a Senhora: em quanto durou a reunião das Cortes, asseguro-lhe que nem tinha alegria, nem me atrevia a fazer gastos supérfluos, porque temia que se fizesse a Lei proibindo a acumulação de empregos, por que tanto instavam esses Senhores da esquerda (*O Quinquilheiro*, 5, p.5).

O pronunciamento militar de 17 de novembro de 1835, em Alcântara, ditou a queda de Saldanha e seus aliados, dando lugar a um executivo de “esquerda”, chefiado por José Jorge Loureiro, com Sá da Bandeira no Ministério do Reino e Francisco António de Campos na Fazenda. A nova situação era, por uma vez, do agrado de *O Quinquilheiro*, que não se privou de incluir uma nota de troça num dos seus diálogos:

Encontrando-sea mulher de um empregado com uma sua Prima disse-lhe muito aflita: que mudança, minha Prima, que mudança! Pois muda-se de casa? respondeu a Prima; é certo que é coisa muito trabalhosa. A mudança de que falo (disse a primeira) é a do Ministério; pois talvez por ela perca meu Marido o emprego. Parece-me (disse a segunda) que não deve temer; pois os novos Ministros tem boa reputação, e obraram com justiça. Eis aí o que eu temo (replicou a primeira); pois se se administrar justiça meu Marido e outros muitos, que foram empregados somente por proteção, de certo perderão os seus empregos (*Ibidem*, 6, p. 5-6).

Bens nacionais

Os debates que agitaram o país em abril de 1835 chegaram às páginas de *O Quinquilheiro*. No dia 1, o ministro da Fazenda, Silva Carvalho, contraíra em Londres, junto do banqueiro Rothschild, o primeiro empréstimo para fazer face à crise financeira que assolava Portugal. Silva Carvalho, partidário de uma política de investimentos financiada pelo endividamento externo, foi visado pessoalmente, primeiro num verso – “Quem tem dez e gasta vinte/ A que estado há de chegar?/ Ao de fazer banca rota,/ Quando não puder pagar” (*Ibidem*, 4, 8) – e depois numa “farpa” do jornal: “Os grandes homens de Estado sempre julgaram que a enorme dívida de Inglaterra será a principal causa da sua ruína: os nossos querem fazer acreditar que a grande dívida de Portugal fará a sua grandeza!” (*Ibidem*, 5, p. 7).

O empréstimo era garantido pelos bens nacionais, cuja venda em leilão foi regulamentada pela Lei de 15 de abril de 1835, iniciando-se logo em seguida. O periódico dedicou-lhe um diálogo incisivo: “Juntando-se em um Café vários amigos, disse um deles, que acabava de chegar do Brasil: sabem dizer-me quando se principia a venda dos Bens Nacionais? A dos Bens Nacionais não sei (respondeu um Voluntário); a da Nação já começou há muito tempo!” (*Ibidem*, 4, 5). No último número voltou ao tema: “Passando dois amigos pela rua nova do Almada virão uma Tableta, que dizia: Exposição de quadros vindos de Roma. Disse então um deles: pode ser que a esta hora também se estejam mostrando em outros Países alguns dos que pertenciam aos nossos antigos Conventos!” (*Ibidem*, 6, 6).

Dotações leoninas

A voracidade com que os detentores do poder se apropriaram dos antigos bens da coroa e da igreja, declarados bens nacionais, valeu-lhes o cognome de «devoristas». Esta designação, tal como “chamorros” ou “brasileiros” (amigos políticos de D. Pedro), “aristocratas” (partidários de Palmela), “impossíveis” (coligação daqueles dois grupos com os “saldanhistas”) e, à esquerda, “irracionais” e “vândalos”, são exemplos de expressões jocosas que – numa época em que as diversas fações e afinidades políticas ainda não se tinham juntado em partidos tal como hoje os conhecemos – conquistaram o espaço da discussão, tornando correntes aquelas referências aos agrupamentos políticos e aos seus protagonistas, caso de Palmela (“Talleyrand”) ou de Rodrigo da Fonseca, a “raposa” ou o “rei dos godos”.

Entre os grandes beneficiários da venda dos bens nacionais estavam as figuras de proa do novo regime, a começar pelo próprio Palmela que, ao trocar a presidência do Ministério pela pasta dos Negócios Estrangeiros no governo chefiado por Saldanha, mereceu uma referência humorística em *O Quinquilheiro*: “O nosso Talleyrand Português é tão afeiçoado aos Estrangeiros, que nada quer Nacional, excepto os Bens!” (*Ibidem*, 5, 3). Tal como Palmela, também os marechais Saldanha e Terceira, artífices da vitória liberal na Guerra Civil, foram contemplados com um generoso fundo de maneio oferecido como preito de gratidão da pátria reconhecida. Em abril de 1835, as Cortes votaram a dotação de 100 contos de réis a cada um, realizáveis na compra de bens nacionais (Bonifácio, 2013: 75). O jornal ironizou: “Se se atende ao estado

miserável da Nação, e às grandes doações votadas pela maior parte dos nossos Representantes, facilmente se concederá que eles não só merecem o nome de Liberais, mas até mesmo o de pródigos!” (*O Quinquilheiro*, 4, 4).

A prodigalidade da maioria parlamentar causou escândalo junto de um grupo de deputados encabeçado pelo coronel João Pedro Soares Luna (1792-1848), figura da esquerda parlamentar que veio a destacar-se durante o Setembrismo. O periódico assinalou o seu gesto:

Em uma Sociedade disse um amigo da Justiça, e inimigo dos adulares: muito honra o seu autor o parecer do Sr. Luna na questão das doações, e deve sentir-se que não fosse aprovado; pois desse modo se faria justiça ao Exército Libertador. É certo que lhe dará muita honra (respondeu uma Senhora) mas não lhe dará proveito, e por isso teve tão poucos companheiros, que o seguissem (*Ibidem*, 4,5).

Os versos na última página reforçavam o tom crítico: “Será de moda/ Noutras Nações/ Quando estão pobres/ Dar dotações?” (*Ibidem*, 4, 8).

Pasquins

Na luta pela mobilização e direção da opinião pública, os jornais “ministeriais” (pró-governamentais) eram alvos das tiradas satíricas de *O Quinquilheiro*: “Em outro tempo punham-se os Pasquins de noite, e tiravam-se de dia; agora põem-se de dia, e só se tiram de noite: quanto pode a opinião pública!” (*Ibidem*, 3, 4). Na edição seguinte saiu uma referência mais explícita:

Uma Senhora que tem um filho no Pará disse a um seu compadre, que desejava saber quais eram os melhores Periódicos para os comprar, pois que seu filho lhos pedia. Ao que respondeu o compadre: se ele gosta de adulação mande-lhe os Ministeriais; porém se gosta da verdade mande-lhe os da Oposição (*Ibidem*, 4, p. 6).

A ironia nunca se afastava muito das páginas de *O Quinquilheiro*: “Perguntando certo Tافل a uma Jovem espirituosa, se nesta Quaresma tinha feito muitas penitências: Bastantes (respondeu ela) pois minha Tia, que veio ser nossa hóspeda, me pedia todos os dias, que lhe lesse os Periódicos Ministeriais” (*Ibidem*, 5, 3). Os jornais apoiantes do governo estavam na berlinda:

Passando dois amigos pela rua dos Capelistas, disse um deles apontando para o Escritório intitulado o Tempo: passo aqui muitas vezes, e ainda não vi uma só pessoa comprando; muito devem perder os seus Redatores! Engana-se, respondeu o outro, nada perdem, antes ganham bastante, porque trabalham por conta de outros, que pagam com generosidade a quem os serve (*Ibidem*, 3, 3-4).

Um dos principais visados era *O Tempo*, acusado por *O Quinquilheiro* de ser pago pelo governo. Publicado desde 4 de março de 1835, *O Tempo* foi, durante uma primeira fase, um jornal cartista. Mais tarde virou à esquerda e tornou-se setembrista até ao fim da sua publicação, em 1839, fundindo-se no ano seguinte com *A Lança* e, pouco depois, com *A Revolução de Setembro* (Tengarrinha, 2013: 486 e 516). Durante o período

em que concorreu com *O Quinquilheiro*, não se livrou dos gracejos: “Dizendo uma Senhora, que em sua casa se liam todos os Periódicos, perguntou-lhe um Brasileiro: que tal é o Tempo? É de inverno, respondeu a Senhora!” (*O Quinquilheiro*, 3, 4).

As restantes folhas «ministeriais» eram igualmente alvo de remoques:

Amanhã iremos visitar a tua Madrinha, disse uma Senhora a sua filha. Oh minha querida Mãe! evite-me esse desgosto! E porque temes ter desgosto visitando uma pessoa, que tanto te estima? Pois não se lembra (respondeu a filha) que na última vez que a visitámos me fez ler a Revista, e o Periódico dos Pobres! (*Ibidem*, 3, p. 5).

A *Revista* (2 de julho de 1834 a 4 de novembro de 1836), que chegou a contar com Rodrigo da Fonseca entre os seus redatores, começou por apoiar o governo de Palmela, passando depois à oposição (Tengarrinha, 2013: 465). *O Periódico dos Pobres* (30 de setembro de 1826 a 31 de março de 1848) era um jornal cartista, essencialmente noticioso (*Ibidem*, 514), cujo êxito editorial decorria do baixo preço que o diferenciava – cada exemplar custava dez réis enquanto os concorrentes se vendiam por 30 ou 40:

Passando dois amigos por uma taberna, e vendo a casa cheia de gente, disse um deles: aqui deve vender-se bom vinho, pois que tem tanto concurso! Ao que respondeu o outro: o motivo da grande venda não é a boa qualidade do género, é a sua barateza. Então (replicou o primeiro) é como o Periódico dos Pobres, que se vende por ser barato (*O Quinquilheiro*, 6, 3-4).

À medida que a luta política escalava, redobrava a agressividade das críticas aos órgãos “ministeriais” e o concomitante elogio dos jornais da oposição:

Entrando certo Negociante em um Café, em que havia todos os Periódicos, disse ao criado, que o servia: traga-me o Nacional, ou a Guarda Avançada. Ao que respondeu o criado: ambos se estão lendo; se quer eu lhe dou o Tempo. Não quero perder o meu, respondeu o Negociante (*Ibidem*, 4, p. 7).

A referência a *O Nacional* (3 de novembro 1834-30 de dezembro 1842) era obrigatória. Era o principal periódico da época e foi o primeiro jornal português de dimensão verdadeiramente nacional. De oposição aos governos “devoristas”, tornou-se um órgão da esquerda liberal setembrista. Por outro lado, *A Guarda Avançada* (6 de fevereiro a 29 de maio de 1835) manteve uma “independência crítica” face ao poder (Tengarrinha, 2013: 483). A escolha dos títulos identificava a opção política do leitor – de notar a menção elogiosa de *O Quinquilheiro*, que classifica de “interessantes” ambos os jornais oposicionistas –, com consequências num meio social em que, como se viu acima, a “proteção” ou, inversamente, a queda em desgraça – era decisiva para a obtenção e manutenção do ambicionado “emprego”:

Encontrando-se em um Café certo sujeito com um seu amigo Empregado dos antigos, perguntou-lhe se já tinha lido o Nacional, ou a Guarda Avançada. Eu não leio esses papéis, respondeu o amigo em voz alta, pisando-lhe o pé ao mesmo tempo. Saíram juntos, e então disse o Empregado: eu não me atrevo a ler esses interessantes Periódicos em público, porque temo que

algun adulator o diga ao Ministro de quem dependo, e por isso me tire o emprego (*O Quinquilheiro*, 5, 4-5).

Pelo último número de *O Quinquilheiro* perpassa já o novo clima político decorrente da chegada ao poder do governo presidido por José Jorge Loureiro, com destaque para o registo jocoso com que se refere aos jornais entretanto caídos em desgraça: “Falando-se em uma sociedade da mudança do Ministério, disse uma Senhora: é certo que acabou o Tempo? Ao que respondeu outra: é certo, e acabou variando” (*Ibidem*, 6, 4). Na verdade, *O Tempo* não tinha acabado, mas realmente variou: alterou o rumo da sua orientação, acompanhando os novos ventos que prenunciavam o setembrismo.

Vira-casacas

As “farpas” de *O Quinquilheiro* confirmam que a sátira é ironia militante, exigindo da parte do satirista um objeto para o seu ataque a partir de uma posição de superioridade moral (Frye, 1957: 222-224). Exemplo disso são os diálogos espalhados ao longo do jornal com abundantes referências moralistas. Algumas são irónicas: “Perguntava um Negociante novo a outro mais antigo, se sabia de algum género de que houvesse escassez para o fazer vir. Então respondeu o outro: faça vir um carregamento de vergonha, pois é coisa de que há muita falta; mas advirto-lhe que pode ser não tenha saída, por não ser género de moda” (*O Quinquilheiro*, 1, 3). Outras são mais diretas, como esta parecendo inspirada nos conselhos de Álvaro Pais ao Mestre de Avis, na crónica de Fernão Lopes: “Como poderei eu fazer fortuna em Portugal? perguntava um jovem saído há pouco do Colégio a um velho grande observador. Fazendo quatro coisas, respondeu este, que são: adular, mentir, roubar, e repartir” (*Ibidem*, 1, 4).

A corrupção, imagem de marca do pessoal político que alternou nos governos da primeira fase do regime pós-guerra civil e que ficou conhecido por “devorismo”, foi um tema tratado com especial ironia em *O Quinquilheiro*: “Passando duas Senhoras pelo Rossio disse uma: olha, Mana, estão agora limpando o Tesouro por fora! É verdade, disse a outra; mas o pior é que o tenham limpado também por dentro!” (*O Quinquilheiro*, 2, 2-3).

A crítica aos governos apoiados por um exército de empregados obedientes, nomeados pela “proteção” dos detentores do poder, motivou referências chistosas ao tema da “adulação”: “Acaba de chegar de França um grande sortimento de adulação da melhor qualidade; é da mesma que se usa no Palácio de Luís Filipe; mas é útil advertir que a nossa, de que há abundância, ainda que não é tão fina, produz os mesmos efeitos, e vende-se muito mais barata” (*Ibidem*, 3, 1). Os adutores são alvo de escárnio e a sua forma de vida é chamada com ironia (Jankélévitch, 2011: 9-19) uma “preciosíssima arte”:

Cedo sairá á luz o novo método de aprender a adular em poucas lições: a grande utilidade desta preciosíssima arte ninguém a pode ignorar em Portugal, vendo as brilhantes fortunas, que tem feito,

e o papel que representam muitos figurões, sem terem outro merecimento, que o de possuírem esta arte (*Ibidem*, 5, p. 2-3).

Os “figurões” suscitam um jogo de palavras eivadas de sarcasmo: “Porque motivo não se farão em Portugal Figurinos, como se fazem em França? É porque a mania em Portugal é de fazer Figurões, e se fazem com mais facilidade, que os Figurinos em França” (*Ibidem*, 6, 2). Os últimos versos dedicam-se a verberar o sustentáculo do sistema criticado: “Quis retratar a Maldade/ Um excelente Pintor,/ Não vacilou um instante/ Pintou um adulador” (*Ibidem*, 6, 7).

Tal como a ironia, a sátira (Condren, 2014: 661-664) é frequente em *O Quinquilheiro*, que não hesita em insistir no mesmo tema, com ligeiras variações:

Encontrando-se dois amigos na Ribeira Nova, disse um deles: como vai a nossa Liberdade? Ali tem o seu retrato, respondeu o outro, apontando para um caranguejo. [...] Perguntou um amigo a outro: como se observa a nossa Carta? Ao que respondeu este: do mesmo modo que os Frades observavam a Regra (*Ibidem*, 2, 3).

O mesmo registo de humor contido é retomado no último número, para mostrar a inacessibilidade da justiça:

Visitando um Negociante chegado do Brasil a outro seu antigo amigo, reparou que em todas as salas havia magníficos retratos da Justiça, e então disse-lhe: reparo que tenha tantos retratos desta admirável virtude, sem a qual os homens não podem ser felizes. Eu penso do mesmo modo, (respondeu o amigo) e por isso já que por desgraça não tenho até agora podido ver o original, contento-me com admirar os seus retratos (*Ibidem*, 6, 5).

O Quinquilheiro era um órgão de apoio à oposição dos “radicais” – também chamados “irracionais” – que pretendiam ser alternativa de poder à direita conservadora no governo. Para isso, o jornal procurou ganhar a opinião pública, fosse através do apelo direto aos eleitores (*Ibidem*, 3, 5), fosse com recurso ao humor. Este podia ser quase ingénuo, para realçar a assertividade da resposta:

Vendo um Pai que seu filho se ia acostumando a fazer com a mão esquerda, tudo que antes fazia com a direita, disse-lhe com enfado, tu queres ser canhoto? Quero, sim, Senhor, respondeu o Filho. E porquê? Porque vejo que a esquerda obra muito melhor que a direita» (*Ibidem*, 3, 6).

A ironia era também eficaz para ridicularizar os deputados que se limitavam a aprovar as medidas governamentais:

Em uma sociedade, disse um homem dependente do Governo: muito trabalharam os nossos Representantes agora no fim da Sessão, e é certo que para fazer tantas coisas era preciso trabalhar depressa. E tão depressa (respondeu uma Senhora) que a maior parte nem teve tempo para ver o que fazia! (*Ibidem*, 4, p. 7).

O ridículo (Billig, 2005: 200-202 e 235) reaparece como efeito cómico no último número do periódico. Sem data, como os anteriores, o conteúdo editorial permite, no entanto, estimar ter sido publicado depois das eleições suplementares e do pronunciamento militar de novembro de 1835, isto é, após a tomada de posse do governo presidido pelo coronel José Jorge Loureiro: “Indo certo Taful a casa do seu Alfaiate para que

lhe fizesse umas calças com a maior brevidade, respondeu-lhe o Mestre: isso agora é impossível, porque todos os meus oficiais estão ocupados em voltar casacas, depois que se mudou o Ministério” (*O Quinquilheiro*, 6, 5).

A troca de cadeiras ditara a queda dos alvos das críticas mais contundentes nas páginas do periódico: Silva Carvalho e Rodrigo da Fonseca, os principais ideólogos do “devorismo” e estrategos da “empregadagem”, o “Talleyrand” Palmela e o seu parceiro de dotações Saldanha. Do novo ministério faziam parte destacados elementos da esquerda “radical” e “irracional”, incluindo Sá da Bandeira, o marquês de Loulé e, na pasta da Fazenda, Francisco António de Campos, que prometia uma política financeira oposta à de Silva Carvalho, nomeadamente quanto ao endividamento externo. O diálogo traz à memória o proverbial “Ai dos vencidos!”:

Em uma reunião de Senhoras, disse uma já idosa: como se apresentarão diante dos Ministros que foram da oposição aqueles homens que tanto falaram e escreveram contra eles? Eu lho digo (respondeu outra de poucos anos) apresentar-se-ão baixando a cabeça, dobrando o joelho, e estendendo a mão! (*Ibidem*, 6, p. 6).

O Quinquilheiro podia descansar da missão cumprida. O humor crítico exercido na esfera pública contribuiu para a direção da opinião pública, que se manifestou nas eleições suplementares e também nos *clubs* lisboetas onde se mobilizou a Guarda Municipal e foi impulsionado o pronunciamento dos oficiais do exército em Alcântara. A nova situação política já não justificava uma intervenção nos mesmos moldes e o periódico deixou de publicar-se. Quanto ao que se seguiu, as promessas do novo governo não foram cumpridas e, poucos meses depois, a direita “devorista” voltou ao poder encabeçada pelo duque da Terceira (Valente, 2007: 139-170; Silva, 1993: 99-100).

› **Notas finais**

A leitura de *O Quinquilheiro* ajuda a compreender um momento decisivo para o estabelecimento do Estado liberal em Portugal. Periódico efémero (Alves, 2013: 188-189), é um expoente da luta, no espaço público, pela conquista e direção da opinião pública e do papel do humor na sua mobilização. O humor de *O Quinquilheiro* está já próximo do humor político moderno (Nilsen, 2019: 278-292; Eagleton, 2019: 136-164). Os alvos da sua sátira são as contradições do governo de “coalizão” entre “chamorros” e conservadores, chefiado por Palmela e reforçado por Saldanha a partir do momento em que este foi contemplado pelas “doações”; a compra do apoio parlamentar em troca da nomeação de deputados para empregos públicos, arma favorita de Rodrigo da Fonseca Magalhães; a crítica dos pasquins e do jornalismo interesseiro apontada aos órgãos «ministeriais»; a venda ao desbarato dos bens nacionais; a submissão ao estrangeiro através da política de empréstimos de Silva Carvalho. Em 1835, após a instauração do novo

regime liberal, quando a situação governativa cai no descrédito, é através do humor que *O Quinquilheiro* aponta à opinião pública uma alternativa – a oposição do filho que optou por ser canhoto porque “a esquerda obra muito melhor que a direita”.

Bibliografía

- Alves, J.A.S. (2013). *Glória, Memória e Mito: O periodismo vintista (1820-1823)*. Porto: Media XXI.
- Billig, M. (2005). *Laughter and Ridicule: Towards a Social Critique of Humour*. London: Sage.
- Bonifácio, M.F. (2010). *A Monarquia Constitucional 1807-1910*. Lisboa: Texto Editores.
- (2013). *Um Homem Singular: Biografia política de Rodrigo da Fonseca Magalhães*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Carroll, N. (2014). *Humour: A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press.
- Condren, C. (2014). Satire. In Attardo, S. (ed.) *Encyclopedia of Humor Studies*. London: Sage, I, 661-664.
- Ferreira, J.P.R.F. (2020). O humor na imprensa periódica portuguesa. *Territórios e Fronteiras*, 13, 1, 176-191.
- Frye, N. (1957). *Anatomy of Criticism*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.
- Habermas, J. (2012 [1962]). *A Transformação Estrutural da Esfera Pública*. Lisboa: Gulbenkian.
- Jankélévitch, V. (2011). *L'Ironie*. Paris: Flammarion.
- Nilsen, A.P.; Nilsen, D. (2019). *The Language of Humor*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.
- Silva, A.M. (1993). A vitória definitiva do liberalismo e a instabilidade constitucional: cartismo, setembrismo e cabralismo. In Mattoso, José (dir.) *História de Portugal. 5º Volume: O Liberalismo*. Lisboa: Círculo de Leitores, 89-105.
- Tengarrinha, J. (2013). *Nova História da Imprensa Portuguesa. Das Origens a 1865*. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores.
- Valente, V.P. (2007). *A Revolução Liberal (1834-1836) – Os «Devoristas»*. Lisboa: Alêtheia.